

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.015](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.015)

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE REMOTA¹

Caroline Menezes Nunes de Oliveira

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, cmnunesoi@gmail.com Lattes autor: <http://lattes.cnpq.br/1289084650392922>

Neuzilene Ferreira Nascimento Burock

Mestranda pelo Curso de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, aeeleneburock@hotmail.com; Lattes coautor 1: <http://lattes.cnpq.br/2380492523079217>

RESUMO

Entende-se que a Educação Especial para ser efetivada não depende exclusivamente do acesso e permanência do alunado na escola, mas também da aprendizagem consolidada durante o percurso formativo do sujeito. Dessa forma, os sistemas escolares precisam dispor de dispositivos e estratégias pedagógicas diferenciadas para proporcionar ambientes em que o aluno público-alvo da Educação Especial consiga desenvolver e alcançar os conhecimentos escolares, e em especial, o aluno com deficiência intelectual, sujeito que possibilitou a prática da proposta que será relatada. Diante disso, o presente trabalho busca relatar sobre um curso de formação continuada a partir de um curso de extensão na área da Educação Especial oferecido na modalidade remota para a aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para adultos e jovens com deficiência intelectual pelo viés do Alfabetramento. O curso tem como público-alvo estudantes de

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

pedagogia e licenciaturas; graduados em pedagogia ou licenciaturas e pós-graduados na área da Educação. A capacitação se encontra na sua quarta turma atrelando teoria e prática pelos pressupostos da pesquisa-ação com mais de 100 cursistas já formados, 39 cursistas em formação, 29 jovens e adultos com deficiência intelectual assistidos e uma equipe com 2 professoras coordenadoras e com 15 professoras articuladoras no momento. A formação contabiliza 180 horas de atividades, incluindo encontros teóricos síncronos, elaboração do PEI de acordo com as necessidades apresentadas pelo sujeito (aluno com deficiência intelectual) e aplicação de forma síncrona das atividades elaboradas contemplando os objetivos traçados no PEI. Os encontros realizados com os sujeitos da aplicação são mediados por recursos tecnológicos com o uso de plataformas de videoconferências, como o Google Meet. Dessa forma, os cursistas conseguem se especializar na temática absorvendo conteúdos teóricos e práticos para uma prática profissional mais completa em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Especial, Formação continuada, Plano Educacional Individualizado.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas a Educação, e em específico para esse trabalho, a Educação Especial, vem ganhando espaço entre as peças legais do nosso país. Pode-se verificar na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que o direito à educação é para todos, sendo ela dever do Estado e da família como precedente para o pleno desenvolvimento do indivíduo. A partir desse documento, outros foram sendo construídos com a finalidade de garantir que essa educação seja efetivada.

A Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), é um exemplo disso, já que em seu Artigo 28, incumbe ao poder público a implementação, acompanhamento e avaliação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como o aprendizado ao longo da vida. Dentre outras peças que reforçam que a educação é para todos, e para isso ela deve ter uma perspectiva inclusiva.

No entanto, a escola ainda encontra dificuldades em realizar uma prática que seja efetiva para todos, e em específico para esse trabalho, para o aluno com deficiência intelectual, uma vez que para isso, é necessário que sejam pensadas estratégias específicas levando em consideração as suas especificidades (MASCARO, 2017). Sendo assim, é evidente a falta de integração entre o que é posto e garantido em lei e as práticas que vêm sendo desenvolvidas. Esse cenário suscita a necessidade de sincronia entre as partes para que não somente o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem sejam garantidas.

Nesse sentido, uma das práticas que vem crescendo é o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI), que segundo Glat e Pletsch (2013) é definido como:

(...) um recurso para orquestrar, de forma mais efetiva, propostas pedagógicas que contemplem as demandas de cada aluno, a partir de objetivos gerais elaborados para a turma. É uma alternativa promissora, na medida em que oferece parâmetros mais claros a serem atingidos, sem negar os objetivos gerais colocados pelas propostas curriculares (GLAT; PLETSCHE, 2013, p.22)

Ou seja, o PEI se caracteriza como um documento educacional e surge como uma estratégia que leva em consideração a individualidade do aluno, atendendo os objetivos acadêmicos e escolares para a personalização do seu ensino. Dessa maneira, ele leva em conta o papel ativo do sujeito assistido por esse plano, além de contemplar as suas especificidades, experiências e gostos visando também a sua autonomia e independência. Redig (2019, p. 7) corrobora ao afirmar que:

[...] esse documento é importante para garantir uma escolarização significativa para os estudantes com deficiência intelectual e com estratégias para o desenvolvimento de habilidades para o momento pós-escola. O PEI precisa contemplar metas acadêmicas, sociais e laborais.

À vista disso, ele se configura como uma boa forma de auxiliar os estudantes com deficiência intelectual em alguma transição, seja para o mercado de trabalho, para outro percurso formativo (ensino fundamental II, ensino médio, curso técnico, curso profissionalizante, graduação), entre outras possibilidades de vivências durante o seu período escolar e após ele.

Diante do que foi apresentado, o presente trabalho busca relatar sobre um curso de formação continuada, que surge como desdobramento de um projeto de pesquisa, através de um curso de extensão na área da Educação Especial oferecido na modalidade remota para a aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para adultos e jovens com deficiência intelectual pelo viés do Alfabetramento. Essa formação que contabiliza 180 horas é intitulada² como “Alfabetização e letramento sob o viés do Plano Educacional Individualizado – PEI”, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, somando quatro turmas no período entre 2020 e 2022. A oferta dessa formação para profissionais da área da educação pode ser um meio para capacitar pessoas com a

2 O nome do curso utilizado no presente trabalho é o da primeira turma. No entanto, ao longo dos mais de dois anos de formação, ele vem sofrendo alterações em cada turma, seguindo sempre a mesma proposta de formação.

finalidade de fundamentar a sua prática com o objetivo de garantir o direito educacional de seus alunos com deficiência intelectual.

Para isso, o curso se utilizou dos pressupostos da pesquisa-ação, já que ela se mostra benéfica em pesquisas que se utilizam do estreitamento da teoria a uma ação, como bem pontua Thiollent (2011, p. 20):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 20)

Sendo assim, a formação contou com dois momentos: i) formação síncrona teórica para os profissionais, assim como atividades complementares realizadas concomitantemente de forma assíncrona; ii) formação prática através da aplicação do PEI para jovens e adultos com deficiência intelectual pelo viés do Alfabetramento. No primeiro momento os profissionais conseguiram desenvolver seus conhecimentos acerca das temáticas teóricas, a partir de uma revisão integrativa sobre inclusão, alfabetização e letramento de pessoas com deficiência intelectual. Dessa forma, eles conseguiram aprofundar seus conhecimentos principalmente sobre as formas de aprender e a diferença entre alfabetização e letramento, que segundo Soares (2021) se distinguem por serem:

[...] processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente; entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização – a aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se em atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2021, p. 27).

Apesar dessa distinção é possível perceber que são processos que ocorrem de forma simultânea e tem relação interdependentes, sendo esse processo de ensino e aprendizagem caracterizado como um Alfabetramento³. O curso adota então essa forma de pensar a escolarização dos alunos, uma vez que ela deve ser pautada pensando também nas práticas sociais de leitura e de escrita para gerar mais independência e autonomia na vida dos educandos.

O segundo momento de formação possibilitou que os profissionais em formação conseguissem ter uma relação direta com os alunos através de videochamadas e assim construir de forma cooperativa as práticas pedagógicas mediadas pelo PEI. Para isso, os profissionais eram alocados em grupos de 2 até 5 pessoas para em conjunto realizarem a aplicação das atividades do Plano Educacional Individualizado para os alunos jovens e adultos com deficiência intelectual. As equipes contavam também com uma professora articuladora⁴ e uma agente de apoio⁵. Além disso, foi possível que eles conhecessem novas ferramentas tecnológicas e aprofundassem seus conhecimentos acerca do digital voltado para a prática pedagógica.

A partir do desenvolvimento dos cursos, uma vez que ele já se encontra na sua quarta turma, foi possível identificar avanços em relação às habilidades acadêmicas voltadas para o alfabetramento, alfabetização digital, autonomia e independência dos sujeitos assistidos pelo Plano Educacional Individualizado. Dessa maneira, a formação, assim como a utilização do documento apresentado se

3 Esse termo tem origem do verbo “alfabetrar” (SOARES, 2021) criado para representar a integração possível entre alfabetização e letramento.

4 Nomenclatura utilizada para fazer referência às professoras que tinham passado pela primeira turma de aplicação do curso, e após esse momento assumiram o papel de articular todos os agentes envolvidos para o melhor desenvolvimento do trabalho e orientar o trabalho desenvolvido. Essa função foi fundamental para a articulação do próprio grupo, uma vez que as profissionais tinham experiência prévia na metodologia da formação. Essa função só teve início a partir da segunda turma do curso, uma vez que surgiu da demanda de uma pessoa para articular e orientar os grupos.

5 Nomenclatura utilizada para denominar a função que os cuidadores/parentes dos jovens e adultos com deficiência intelectual assumiram dentro da equipe. Essa função se destina à prestar suporte tecnológico aos jovens e adultos no momento do encontro para a aplicação das atividades pedagógicas. A partir do momento em que os sujeitos alcançavam maior autonomia nos meios digitais, os agentes de apoio não tinham mais a necessidade de ficar ao lado deles.

mostram como práticas profícuas para a formação dos profissionais que irão atuar na Educação Especial, assim como para o desenvolvimento de habilidades para os alunos com deficiência intelectual.

METODOLOGIA

Conforme mencionado anteriormente, no presente trabalho, a proposta formativa teve como pressuposto a pesquisa-ação, uma vez que ela “desempenha um papel de “bússola” na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das decisões por meio de alguns princípios de cientificidade”, já que ainda nesse sentido “uma pesquisa concebida sem esse tipo de exigência corre o risco de se limitar a uma simples reprodução de lugares-comuns e de encobrir manipulações por parte de quem “fala mais alto” nas situações observadas” (THIOLLENT, 2011, p. 32). Dessa maneira, o curso assumindo essa forma de funcionamento cria a possibilidade de ajustes ao longo das práticas que vão sendo desenvolvidas. Além disso, proporciona que as relações estabelecidas sejam mais horizontais, uma vez que todos estão trabalhando de forma cooperativa e participativa.

Associada à pesquisa-ação foi utilizado o Protocolo Mascaro (2021) como fio condutor da aplicação do Plano Educacional Individualizado na parte prática da formação. Ele é estruturado em seis momentos: etapa introdutória; inventário; priorização; plano bimestral/trimestral; atividades e avaliação.

A etapa introdutória corresponde ao momento em que se realiza a coleta de dados anteriores ao momento da efetiva aplicação do Plano Educacional Individualizado. Nessa etapa é possível o contato com professoras, responsáveis e o ideal é que com o aluno também. É factível coletar os dados através de relatórios, materiais didáticos, entre outros, no entanto, o importante é que se conheça a pessoa com a sua própria percepção, sem julgamentos prévios. Nas últimas turmas do curso, foi comum o uso de dinâmicas utilizando o Microsoft PowerPoint⁶ para simular um jogo de roleta (FIGURA 1). Dessa forma, era possível conhecer o seu aluno de forma lúdica e

6 Software desenvolvido pela Microsoft que consiste em uma série de ferramentas e recursos disponíveis para a criação, edição e exibição de apresentações gráficas (slides).

descontraída, além de conseguir investigar suas habilidades de leitura, escrita, alfabetização matemática e digital.

O inventário é a etapa que ocorre quando após o profissional conhecer previamente o sujeito e conseguir investigar as habilidades necessárias e suficientes para preencher a matriz de conteúdos prioritários (FIGURA 1). Essa matriz consiste em uma tabela dividida em cinco campos: i) aquisição do sistema de escrita; ii) leitura; iii) escrita e produção de textos; alfabetização matemática e iv) alfabetização digital. Cada um desses campos apresenta um número de conteúdos visando a alfabetização e letramento no meio digital, totalizando 25 conteúdos.

Figura 1 - Matriz de Conteúdos Prioritários

MATRIZ DE CONTEÚDOS PRIORITARIOS			
Participante:			
Equipe:			
Previsão de aplicação:			
Conteúdos		Data:	Data:
Aquisição do sistema de escrita	Crítérios de observação	Categorização inicial	Categorização após aplicação
1. Compreensão das diferenças existentes entre os sinais do sistema de escrita alfabético-ortográfico e outras formas gráficas e sistemas de representação.	Verificar se o estudante faz distinções entre: letras e números, sinais do sistema de escrita alfabético-ortográfico, marcas ou sinais gráficos ou outros sistemas de representação.		
2. Conhecimento do alfabeto.	Identificação das letras do alfabeto. Distinção entre as letras de imprensa maiúscula e minúscula, e a cursiva, maiúscula e minúscula.		
3. Domínio de convenções gráficas: orientação da escrita; alinhamento da escrita; segmentação dos espaços em branco e pontuação.	Reconhecimento: <ul style="list-style-type: none"> Entre a direção correta da escrita (esquerda direita, de cima para baixo) e utilização correta da folha (pautada ou não, de acordo com o planejamento pedagógico); Das formas gráficas destinadas a marcar a segmentação na escrita (espaçamento entre palavras e pontuação). 		
4. Reconhecimento de palavras e unidades fonológicas ou segmentos sonoros.	Identificação de: <ul style="list-style-type: none"> Rimas, as sílabas e sons existentes no início, nomeio e no final de palavras compostas com sons semelhantes e diferentes Segmentação oral de palavras em sílabas; Segmentação oral de frases em palavras. 		

Fonte: Mascaro (2021)

Ela deve ser preenchida de acordo com a escala de avaliação (FIGURA 2) do Protocolo Mascaro (2021) antes das aplicações das atividades serem iniciadas, e ao final dos dois/três⁷ meses de aplicação, para que assim seja possível identificar quais foram os conteúdos que sofreram alguma modificação com o intuito de identificar quais práticas estão sendo benéficas ou não.

Figura 2 - Escala de Avaliação

Categorização	Sigla	Critério de inclusão	Pontuação
Realiza independente	RI	Não requer nenhuma ajuda	4
Realiza parcialmente	RP	Requer pouca ajuda	3
Realiza com apoio	RA	Não realiza sem ajuda física ou de suporte	2
Não Realiza	NR	Não consegue, mesmo com ajuda física ou suporte	1
Não foi apresentado	NA	Não houve atividade	0



Fonte: Mascaro (2021)

No entanto, no momento da priorização era necessário a seleção dos conteúdos que seriam priorizados para aquela aplicação bimestral/trimestral. Dessa maneira, os profissionais após avaliação e investigação, alinhando teoria, necessidade e desejo do educando, selecionava de 4 a 10 conteúdos da matriz para serem trabalhados durante aquele período.

Após o momento de seleção dos conteúdos prioritários, os profissionais passaram para a fase do plano bimestral/trimestral. Essa etapa é necessária para que os cursistas consigam estabelecer qual será o objetivo geral e quais serão os objetivos específicos

7 No primeiro curso realizado, a parte prática, ou seja, a aplicação do Plano Educacional Individualizado ocorreu em um período de dois meses. No entanto, nos demais cursos, a aplicação se deu ao longo de três meses. A mudança foi decorrente da identificação de que a aplicação em três meses com uma aplicação semanal era mais confortável para os cursistas e para os sujeitos, do que duas aplicações semanais em dois meses, já que esta última gerava uma rotina cansativa para todos os participantes.

de acordo com a demanda que foi investigada. Ainda nessa etapa, o grupo de aplicadores deve escolher qual a indicação do Plano Educacional Individualizado. O Protocolo Mascaro (2021) conta com essa possibilidade, e dispõe de três indicações: i) Plano para complementar/suplementar habilidades na vida acadêmica; ii) Plano para planejamento de inserção em nova etapa de itinerário formativo (Ensino Fundamental II, Curso de Formação Profissional, Ensino Médio, Ensino Superior.) e iii) Plano para planejamento de inserção ou manutenção no mercado de trabalho. Dessa forma, a prática desenvolvida se torna ainda mais específica para a necessidade do período de vida do aluno.

Após o estabelecimento de todas as metas, conteúdos e indicações chega-se ao momento das atividades. Ele consiste no planejamento das atividades que serão realizadas ao longo do período estipulado para trabalhar os conteúdos priorizados. Ou seja, é nesse momento que os cursistas personalizam os processos de ensino levando em consideração as suas especificidades para que o seu aluno consiga desenvolver a sua aprendizagem.

O planejamento é realizado de acordo com a ficha de planejamento (FIGURA 3) e deve conter: os dados informativos dos participantes, hora e dia da aplicação; os conteúdos da matriz que serão trabalhados; objetivos a serem alcançados; descrição da atividade e quais os recursos que serão utilizados. Eles ainda podem acrescentar algum comentário qualitativo sobre aquele dia, além de alguma observação e contam também com um espaço para o registro da aplicação que geralmente é feito através de fotos ou print da tela do meio tecnológico utilizado.

Figura 3 - Ficha de Planejamento Semanal

APLICAÇÃO DO PEI – Turma ____ – Equipe ____	
PEI nº ____ Vigência: ____	
Planejamento de atividades nº: _____	
Participante:	
Agente de apoio: Nome do agente de apoio	
Equipe de pesquisadores (aplicadores): Preencher com o nome das aplicadoras	
Articuladora da equipe: Nome da professora articuladora da equipe	
Data: Data em que será realizada a aplicação	Horário: Horário em que será realizada a aplicação
Conteúdos: De acordo com a Matriz de conteúdos prioritários (Protocolo PEI – Apêndice A)	
Objetivos: Elencar os objetivos específicos para a atividade	
Descrição da atividade: Descrever como será a atividade	
Recursos: Escrever quais recursos serão necessários para a realização da atividade	
Avaliação ao final da atividade: (conforme modelo da Escala de Avaliação) – Realizar e registrar a avaliação sempre após a aplicação da atividade	
Parecer qualitativo sobre a avaliação, quando necessário:	
Observação: Observações pertinentes de acordo com o desenvolvimento da aplicação.	
Foto ou outro registro:	
Anexar as fotos ou prints para registro da aplicação	

Fonte: Mascaro (2021)

Após todo o percurso percorrido chega-se à última etapa, a avaliação. Ela é fundamental para nortear a prática que vem sendo desenvolvida, tanto no período de aplicação, quanto após.

Então, ao final da aplicação da atividade planejada na etapa anterior, os cursistas devem fazer uma avaliação de cada conteúdo trabalhado naquele dia de acordo com a escala de avaliação, já aqui mencionada, e registrar na ficha de planejamento. Importante salientar que ainda que seja realizado o planejamento, ele tem a

possibilidade de flexibilização e reajuste de rota durante o período da aplicação, uma vez que deve-se avaliar constantemente a prática para entender se ela está sendo benéfica para o aprendiz. Mascaro (2017, p. 121) aponta para como a dinâmica da avaliação é importante durante o processo de ensino:

A avaliação é um instrumento de grande relevância no trabalho do professor, pois tem a função de proporcionar esclarecimentos sobre o que o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre a metodologia utilizada para ensinar, melhorando sua prática e a aprendizagem do aluno. Temos que considerar que quando o aluno não aprende, pode ser que, os recursos e estratégias que não foram adequados para a forma como ele se apropria e constrói conceitos. Por isso, é tão importante a avaliação processual em todas as etapas relacionadas ao ensino, permitindo o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizado do aluno (MASCARO, 2017, p.121).

Essa avaliação também deve ocorrer no final do período de aplicação através da matriz de conteúdos prioritários, avaliando todos os conteúdos trabalhados e também realizando uma avaliação qualitativa registrando-a na ficha de avaliação (FIGURA 4).

Figura 4 - Ficha de avaliação

Ficha de avaliação de etapa do PEI	
PEI n°:	Data:
Participante:	
Agente de apoio domiciliar:	
Equipe de pesquisadores (aplicadores):	
Articuladora:	
Parecer qualitativo:	
Encaminhamentos:	
Outras observações:	
Data, nome legível e assinatura dos participantes:	

Fonte: Mascaro (2021)

A partir do que foi até aqui abordado, é possível identificar quais foram as prerrogativas, assim como foi a metodologia desenhada para que fosse possível uma formação que tivesse como

beneficiado todos os participantes envolvidos. No entanto, se faz necessário entender quais são resultados de uma formação continuada para profissionais da área da educação para a aplicação do Plano Educacional Individualizado para jovens e adultos com deficiência intelectual.

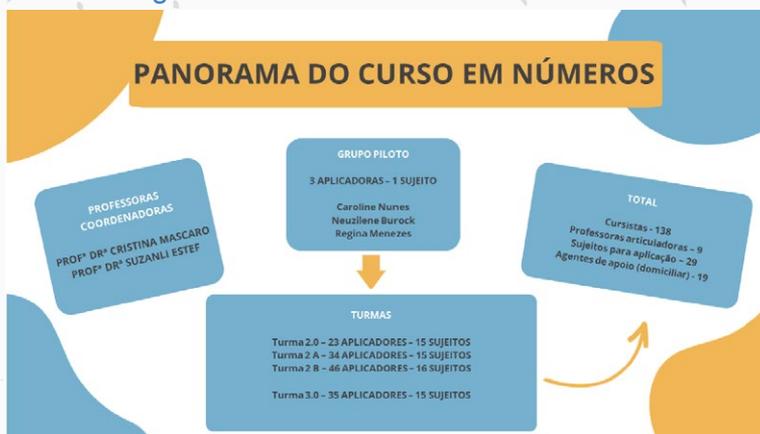
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva aponta que os sistemas de ensino no sentido de promover o atendimento às necessidades educacionais especiais, deverão ofertar “[...] formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2007, p. 5). Nesse sentido, Aguiar (2006) afirma que a formação continuada, de grande importância para o exercício pedagógico, não pode ser apenas episódica, ocorrendo ocasionalmente, mas algo permanente, processual.

A proposta da educação inclusiva compreende que, a formação e a atuação docentes são componentes imprescindíveis para o processo de ensino-aprendizagem e atendimento às necessidades educacionais especiais que os estudantes possam apresentar. Redig, Mascaro e Dutra (2017, p.36) reiteram que “há diversas dificuldades impostas pelas políticas de inclusão escolar de sujeitos com deficiência no que tange a formação de professores”, pois não basta apenas a inserção em sala de aula dos alunos com deficiência. É necessário atendimento às necessidades específicas que eles possam apresentar, ou seja, a garantia de que todos tenham acesso à aprendizagem de forma significativa e efetiva, traduzindo-se muitas vezes, em um desafio para a prática pedagógica dos professores.

Assim, oportunizar formação docente com foco em práticas de alfabetamento através do PEI, demonstra ser uma possibilidade de caminho para se alcançar uma educação inclusiva de qualidade para os alunos público-alvo da Educação Especial. Sendo assim, a proposta formativa que foi apresentada tem como resultados não somente a conclusão de inúmeros profissionais da área, que serão multiplicadores dos conteúdos aprendidos e as práticas construídas como o quadro a seguir apresenta (Figura 5).

Figura 5 - Panorama do curso em números



Fonte: Dados da pesquisa

Resultados relevantes dessa formação são também referentes à contribuição científica (MASCARO et al, 2021a; OLIVEIRA; FRANCISCO, 2021; MASCARO et al., 2021b; MASCARO; SOUZA; CARVALHO, 2021; BUROCK; PESSOA, 2021; FRANCISCO et al., 2021; OLIVEIRA et al. 2021; OLIVEIRA; OLIVEIRA; BUROCK, 2022), já que alguns cursistas ao terminarem a formação se sentem inclinados a publicar as suas experiências, mostrando as possibilidades do uso do Plano Educacional Individualizado.

Ao que diz respeito ao aluno com deficiência intelectual é possível observar a evolução através de cada etapa do Plano Educacional Individualizado. Para exemplificar, pode-se perceber na figura 6 (FIGURA 6) que ao longo de 5 PEIs, compreendidos entre 2020 e 2022, o sujeito adulto com deficiência intelectual que acabara de ingressar no mercado de trabalho, apresentou avanço expressivo através das práticas desenvolvidas a partir do Protocolo MASCARO (2021).

Os avanços mencionados, podem ser verificados no conteúdo 19. Identificação do valor do dinheiro, passando do RA (realiza com apoio) para RI (realiza independente), assim como os conteúdos 16. Conhecimento dos números no contexto social e 17. Noção de quantidade e número, passando do conceito RP (realiza parcialmente) para RI (realiza independente). Esse resultado aponta para a relevância da continuação do trabalho com Plano Educacional Individualizado, uma vez que nas primeiras aplicações os resultados

foram acontecendo, porém a independência em relação aos conteúdos veio a ser desenvolvido após dois anos.

Ainda assim, alguns conteúdos apresentados ainda estão em desenvolvimento, como, por exemplo, 20. Manuseio de dinheiro: agrupamento e distribuição de valores para pagamentos e trocos; 24. Uso de smartfone/tablet e celulares e 25. Uso de notebook ou computador de mesa. Apesar desses resultados, eles indicam que esses conteúdos necessitam de atenção para que o sujeito consiga ter a habilidade alcançada e como consequência mais autonomia e independência em sua vida.

Figura 6 - Panorama dos resultados da aplicação de cinco PEIs

	PEI 01	PEI 02	PEI 03	PEI 04	PEI 05
16. Conhecimento dos números no contexto social.	RP	RP	RP	RP	RI
17. Noção de quantidade e número.	RP	RP	RP	RP	RI
19. Identificação do valor do dinheiro.	RA	RA	RP	RP	RI
20. Manuseio de dinheiro: agrupamento e distribuição de valores para pagamentos e trocos.	RA	RA	RA	RA	RA
24. Uso de smartfone/tablet e celulares	X	RA	RA	RA	RA
25. Uso de notebook ou computador de mesa	X	RA	RP	RP	RP

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro acima demonstra resultados relevantes, apresentando avanços nas habilidades avaliadas, evidenciando que o PEI representa uma alternativa pedagógica que permite planejar e desenvolver atividades individualizadas, flexibilizando o currículo, permitindo avaliar e replanejar as práticas contribuindo para o desenvolvimento significativo desses educandos.

Desse modo, foi possível observar que o planejamento e aplicação do PEI de forma remota, partindo de atividades que contemplem situações reais e que partem do interesse dos alunos, com foco no desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, permitiram contribuir para aprendizagens e desenvolvimento de potencialidades dos sujeitos. Atendendo assim, às suas necessidades e singularidades, enfatizando que o trabalho colaborativo entre todos os atores envolvidos no processo de escolarização do aluno com deficiência ou necessidade educacional especial torna-se fundamental para o desenvolvimento dessas práticas.

Logo, a proposta de formação docente pelo viés do trabalho fundamentado na elaboração de PEIs para a escolarização de alunos com deficiência, demonstra ser uma importante estratégia para a individualização do processo de ensino-aprendizagem

e efetivação das políticas de Educação Inclusiva, compreendendo esses alunos como produtores de conhecimento, valorizando suas potencialidades, protagonismo, necessidades e interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que a iniciativa de se desenvolver uma formação docente contemplando teoria e aplicação prática do PEI, vai ao encontro do que preconiza a Educação Inclusiva. Isso é decorrente da proposta abarcar o atendimento às necessidades dos alunos visando uma educação de qualidade para todos.

Dessa forma, a elaboração e aplicação do PEI de forma remota possibilitou o acesso e desenvolvimento das necessidades educacionais dos sujeitos visando a eliminação das barreiras ao aprendizado. Assim como possibilitou o planejamento de forma individualizada e a personalização de todo o processo, através de atividades planejadas de acordo com as necessidades e interesses dos educandos jovens e adultos com deficiência intelectual, que contribuíram, entre outros avanços, para o desenvolvimento de sua autonomia e independência.

Tudo isso tornou-se possível pela formação docente que teve como objetivo oportunizar aos profissionais participantes capacitação por meio de práticas pedagógicas personalizadas através da elaboração e aplicação do PEI no que se refere às habilidades de leitura, escrita e letramento, alfabetização matemática e digital, tão exigidas em uma sociedade letrada. Para além disso, a modalidade remota permitiu a extensão da formação para um número maior de professores com culturas diversificadas, uma vez que muitos cursistas residiam em estados diferentes do Rio de Janeiro, local da universidade em que o curso é vinculado. Como consequência desse cenário, foi proporcionado grande troca entre todos os integrantes das equipes participantes, além da parceria entre família e profissionais, tão importantes para o processo de aprendizagem.

Dito isso, o objetivo da escola, como preconizado nas legislações educacionais, é o de promover um ensino de qualidade, assegurando que todos os estudantes tenham seu direito à aprendizagem garantidos. Para isso, “a escola precisa criar mecanismos e estratégias para que o estudante com deficiência intelectual tenha

suas potencialidades e necessidades trabalhadas a fim de favorecer o processo inclusivo” (MASCARO et al, 2021, p. 2). Sendo assim, oportunizar uma formação docente pelo viés do PEI vai ao encontro da necessidade de contemplar currículos flexíveis e estratégias personalizadas que atendam as necessidades, especificidades e potencialidades dos alunos, possibilitando desenvolver aprendizagens significativas.

No mais, é evidente que uma formação continuada, não dá conta de suprir todas as dificuldades que abarcam a educação, porém, ela demonstra ser um caminho. Dessa forma, esperamos colaborar com a difusão do conhecimento acerca do PEI como uma ferramenta de uma educação em uma perspectiva inclusiva. Além disso, possibilitar o conhecimento de novas ferramentas tecnológicas que contribuam com uma prática pedagógica voltada para o alfabetamento que venham a contribuir para a aprendizagem, autonomia e independência de jovens e adultos com deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de. *Implicações da formação continuada para a construção da identidade profissional*. Psicol. educ. São Paulo, n. 23, p. 155-173, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-1414-69752006000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 nov. 2022.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva Ministério da Educação / SECADI. Brasília - DF, 2007..

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 1.3146 de 2015, *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília-DF, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BUROCK, N. F. N.; PESSOA, T. C. A experiência do Plano Educacional Individualizado na modalidade remota para um jovem com síndrome

de down. In: Anais - Simpósio de Educação Básica do Coluni, IV, 2021, UFF.

FRANCISCO, P. R. C. et al. O plano educacional individualizado (PEI) como um recurso pedagógico para atendimento educacional especializado remoto. In: Anais - Congresso Brasileiro de Educação Especial, IX, 2021, UFSCar.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: Rosana Glat e Márcia Denise Pletsch. (Org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. 1 ed. Rio de Janeiro/RJ: EDUERJ, 2012, v. 1, p. 17-32.

SOARES, M. Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. Editora Contexto, 2021.

MASCARO, C. A. A. C. O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do Plano Educacional Individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso. 2017. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2017.

MASCARO, C. A. A. C. Protocolo para aplicação do PEI. Material de aula do Curso de Extensão UERJ: Alfabetização e letramento sob o viés do Plano Educacional Individualizado, Faculdade de Educação. UERJ, 2021.

MASCARO, C. A. A. C. et al. Atendimento Educacional Especializado Remoto para o jovem com deficiência intelectual com ênfase no ambiente laboral. In: Anais - Congresso Brasileiro de Educação Especial, IX, 2021a, UFSCAR.

MASCARO, C. A. A. C. et al. Uma proposta de ensino individualizado para alfabetização e letramento por meio do ensino remoto para um estudante com deficiência intelectual. Portal Práticas Educacionais Inclusivas, ObEE, UFRRJ, 2021b.

MASCARO, C. A. A. C.; SOUZA, A. R. S.; CARVALHO, R. R. Plano Educacional Individualizado para Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual – Desafios e Possibilidades no Ensino Remoto. In: Anais - Simpósio de Educação Básica do Coluni, IV, 2021, UFF.

OLIVEIRA, C. M. N.; FRANCISCO, P. R. C. O plano educacional individualizado em contexto de pandemia. Cadernos de Aplicação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, M. R. T. M. et al. Plano Educacional Individualizado na Modalidade Remota para Estudantes com Deficiência Intelectual: Estratégias Pedagógicas na Pandemia da COVID-19. In: Anais - Congresso Internacional de Educação Inclusiva, IV, 2021.

OLIVEIRA, C. M. N.; OLIVEIRA, M. R. T. M.; BUROCK, N. F. N. Plano Educacional Individualizado: uma proposta de formação docente. In: Anais - Seminário Internacional: as Redes Educativas e as Tecnologias, XI, 2022, UERJ.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; DUTRA, F. B. S. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa? Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.4, n. 1, p.33-44, 2017. Disponível em: <://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/a-formacao-continuada-do-professor-para-a-inclusao-e-o-plano-educacional-individualizadouma-estrategia-formativa/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

REDIG, A. Caminhos formativos no contexto inclusivo para estudantes com deficiência e outras condições atípicas. Revista Educação Especial v. 32, 2019- Santa Maria.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.